

Constituinte derruba propostas de voto distrital

BRASÍLIA — A Constituinte rejeitou duas tentativas de mudar o sistema de voto de proporcional para distrital. Havia uma proposta de adoção do sistema misto (parte proporcional, parte majoritário), mas foi rejeitada. Em seguida, o senador José Richa, do PMDB do Paraná, apresentou uma proposta conciliatória: deixar o assunto para lei complementar. Evitar-se-ia, assim, polêmica em torno de um dos pontos em que poderia começar a se definir a preferência por presidencialismo ou parlamentarismo: nos países em que vigora este último regime, o voto é em geral distrital.

A proposta, no entanto foi rejeitada por 340 votos contra 142. Para alguns, houve nessa votação o primeiro embate entre parlamentaristas e presidencialistas. Mas a conclusão é que o Congresso resiste a qualquer mudança que ameace as regras pelas quais seus integrantes foram eleitos. Todos os que votaram pelo distrital — 142 — são parlamentaristas, mas nem todos que votaram contra — 340 — são presidencialistas. Contestando a preferência do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) pelo voto distrital, o deputado Paulo Ramos, seu companheiro de bancada, argumentou: "Ronaldo, por que você apóia o distrital se tem voto no estado inteiro?"

Paulistas — Na mais tumultuada de todas as suas votações até agora, o plenário aprovou emenda aumentando o limite máximo de deputados federais por estado para 70 — atualmente é de 60 — e mantendo o limite mínimo de oito deputados. O número total de cadeiras da Câmara será fixado em lei complementar. A decisão beneficia automaticamente São Paulo e pode implicar aumento da representação de outros estados, como Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Até agora, o voto de um eleitor de Roraima vale 24 vezes o de um eleitor de São Paulo. Com o novo limite para as bancadas, essa proporção desce para 20 por um. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) argumentou que pessoas nascidas no Norte do país têm votos com pesos diferentes, caso votem em Roraima ou em São Paulo. E a recíproca é verdadeira: um paulista que

vá para Roraima multiplica o peso relativo de seu voto.

No meio da confusão que se formou no plenário — de um lado, a maioria dos constituintes do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de outro, a bancada paulista —, os partidos se dissolveram. Só o PT, o PCB e o PC do B mantiveram-se unidos a favor da emenda. As lideranças do PMDB, do PFL, do PTB e do PDS, entre outros, deixaram a questão em aberto.

Até as 18h, os paulistas, argumentando que deveriam ter 116 deputados se fosse adotado um critério de proporcionalidade estrita, pretendiam aprovar emenda elevando o limite máximo de deputados por estado para 80, como estava previsto no projeto da Comissão de Sistematização. Sentindo, porém, que dificilmente essa proposta passaria no plenário, abriram negociações com setores da bancada nordestina. Para facilitar acordo, Ulysses Guimarães resolveu suspender a sessão por meia hora.

Não houve consenso, entretanto, na negociação. A maioria dos deputados nordestinos manteve-se intransigente na posição de negar qualquer aumento para a representação paulista, alegando que São Paulo já é muito poderoso e controla a Federação.

De volta ao plenário, a temperatura subiu logo que o senador Fernando Henrique Cardoso apresentou a proposta. Os discursos seguintes mal foram ouvidos, tamanha era a gritaria no plenário. De pouco adiantaram os discursos mais tranquilos de Mário Covas, a favor da emenda, e de José Costa (PMDB-AL), contra.

Ao dar seu parecer favorável à emenda, o relator Bernardo Cabral fez uma advertência, em tom patético: "Está se plantando aqui — e isso vai florescer depois — o germe da secessão. Parece que esquecemos que somos todos brasileiros".

Tomados os votos, o placar eletrônico registrou 300 votos a favor, 166 contra e 26 abstenções. Ulysses, em seguida, fez um apelo dramático em favor da unidade nacional, pedindo que a votação não abrisse cicatrizes entre os diversos estados.

Texto não tira privilégio

Vanda Célia

BRASÍLIA — A Constituinte errou. Na votação da última segunda-feira, os constituintes não fizeram qualquer alteração na fórmula atual de cobrança do imposto de renda dos militares. Isto significa que eles deverão continuar pagando imposto apenas sobre uma parcela dos rendimentos e não sobre a remuneração total, conforme os demais contribuintes. "A situação é de constrangimento", avaliou o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), ao comentar a legislação aprovada para tributação dos militares.

O Leão vai continuar manso para os militares porque a Constituinte aprovou um texto que determina a cobrança do imposto de renda sobre os seus vencimentos sem especificar ou conceituar o que significa a palavra "vencimento". De acordo com técnicos da Receita Federal em Brasília, não há qualquer perspectiva legal de cobrança do imposto no total dos ganhos dos militares porque vencimento pode ser entendido apenas como o soldo. Ou seja, nada foi alterado legalmente para permitir que eles passem a ser tributados.

— Erramos — afirmou o deputado César Maia, explicando que a cobrança do imposto só seria possível se o texto afirmasse que a tributação deveria incidir sobre "vencimentos de qualquer espécie", conforme havia sido escrito no projeto de Constituição votado na Comissão de Sistematização.

— Pelo texto que votamos os militares estão isentos de imposto de renda nas gratificações, vantagens adicionais e indenizações e deverão descontar apenas sobre o que recebem de soldo — lamentou o deputado Paulo Ramos, acrescentando que "moralmente" não será possível a permanência do privilégio concedido hoje aos militares, uma vez que parlamentares e magistrados já aceitaram que seus rendimentos passem a ser agravados

pelo imposto de renda, a exemplo dos demais trabalhadores.

Perplexidade — Na Receita Federal houve perplexidade com o texto aprovado, segundo um dos técnicos. Eles esperavam que o plenário aprovasse o texto da Comissão de Sistematização que determinava a cobrança sobre "vencimentos de qualquer espécie" dos servidores militares. Ao restringir o texto a "vencimento", um dos tributaristas garante que nada vai mudar. Motivo: a Receita não tem como ampliar o conceito de vencimento. Segundo a fonte, tudo continuará como é hoje com os militares, obrigados a descontar imposto de renda apenas sobre o soldo e a gratificação por tempo de serviço.

O primeiro constituinte a perceber que o texto aprovado estava errado foi o deputado César Maia (PDT-RJ). Ele alertou Roberto Brant (PMDB-MG) e os dois foram atrás do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Não havia, contudo, qualquer emenda que permitisse a correção, o que levou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a prosseguir nas votações. O líder do PCB, Roberto Freire, sequer percebeu o que ocorria. Ontem, Freire, parlamentar normalmente atento, ficou desolado: "Foi danado", disse. Ele acha que agora "caberá uma interpretação ampla para palavra vencimento porque os próprios militares sabem que a isenção do imposto é um privilégio odioso". Ele lembra ainda que a intenção do legislador, no caso, a Constituinte, é a extinção do privilégio.

Os assessores militares que trabalham no Congresso também acham que a interpretação poderá ser ampla. Pelo código de remuneração e salário nos quartéis a palavra vencimento quer dizer os ganhos com o soldo e as gratificações. O que acontece, contudo, é que o salário do militar é composto por 18 itens, dos quais dez são considerados indenização e, portanto, estão isentos de qualquer tributação.



Ao falar contra a emenda, o deputado Osvaldo Coelho provocou reações exaltadas

Ulysses diz a Sarney que não há acordo sobre sistema de governo

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, comunicou ao presidente Sarney que não existe qualquer possibilidade de acordo prévio para votação do sistema de governo e do mandato do atual presidente da República. Ulysses disse ainda a Sarney — no café da manhã de quarenta minutos, no Palácio da Alvorada — que, após a escolha entre parlamentarismo e presidencialismo, espera que fique mais fácil negociar a duração do mandato.

Ulysses disse ao presidente que na última semana fez contatos com parlamentares e governadores do PMDB, além de ministros, chegando à conclusão de que qualquer tentativa de acordo iria causar sérios problemas na estrutura do PMDB, o que poderia prejudicar o momento atual. Sarney garantiu que a decisão da Constituinte será respeitada, seja qual for, embora se diga impressionado com o clima de radicalismo na Constituinte. O presidente enfatizou que nada tem de pessoal a defesa pública que faz de cinco anos para sua gestão: a razão é que gostaria de terminar muitos projetos na área administrativa e concluir a transição política.

Em São Paulo, para onde viajou logo depois, a fim de participar de uma re-

união do secretariado do governador Orestes Quêrcia, o deputado Ulysses Guimarães negou, em entrevista coletiva, que tenha chegado a qualquer acordo com o presidente a respeito da aprovação do parlamentarismo com cinco anos de mandato.

Quêrcia, que participou da entrevista a seu lado, tornou pública a sugestão que fizera reservadamente ao presidente da Constituinte: a realização de um plebiscito caso a opção seja pelo parlamentarismo, a mesma tese defendida pelos ex-governadores e presidentes Franco Montoro e Leonel Brizola, em seu debate pela televisão.

Plebiscito — Ulysses evitou opinar diretamente, mas prometeu coordenar as negociações nesse sentido. No final, acabou por elogiar a proposta: "Acho importante que nos atualizemos. O plebiscito, o referendium, são institutos contemporâneos de participação popular já dotados pela Itália e a Suíça, por exemplo".

A veemente defesa dos cinco anos de mandato pelos ministros militares não significa uma ingerência na Constituinte, de acordo com Ulysses, que se referiu às "reiteradas" conversas mantidas com

eles, de que elogiou "a atitude admirável" no sentido de "prestigar as instituições, a democracia, a transição, ao contrário do que ocorria em outras épocas, quando ocorriam turbulências, dificuldades de maior monta na área militar".

Ao desmentir a existência de acordo vinculando sistema de governo e duração do mandato de Sarney, Ulysses disse que está ganhando cada vez mais adeptos entre os constituintes a tese de que os dois assuntos devem ser tratados separadamente. "Deve distinguir-se o principal, que é o sistema de governo, daquilo que é acessório, que é apenas uma parte — o mandato do atual presidente", disse.

Os presidencialistas computaram ontem 282 votos a favor de sua proposta, 224 parlamentaristas, um monarquista, uma abstenção, 40 indecisos e 11 de votos desconhecidos, pois não foram consultados. Os parlamentaristas anunciavam que vão ter 315 votos. Na lista distribuída por Milton Reis (PMDB-MG), *sarneyzista* e *presidencialista*, consta o nome de José Tavares (PMDB-PR) como indeciso.

Mas Tavares disse que é parlamentarista por quatro anos. "Para negociar o parlamentarismo, aceito até os cinco anos", afirma.

'Centrão' vence primeira etapa

A Constituinte começou a votar ontem o Título IV da futura Constituição que trata da Organização dos Poderes. Quando votar o Capítulo II, referente ao Poder Executivo, vai definir se o sistema de governo será parlamentarista ou presidencialista. O capítulo I, que trata do Poder Legislativo dá características parlamentaristas ao Congresso Nacional já que o texto do *Centrão*, aprovado por 359 votos contra 81, é idêntico ao da Comissão de Sistematização.

Em nome dos presidencialistas, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) deixou claro que o grupo só aprovaria o texto do *Centrão* porque, caso o presidencialismo seja aprovado, o capítulo referente ao Poder Legislativo teria que ser adaptado. O líder do governo, Carlos Sant'Anna, tentou atrasar o início da votação do Título IV e, com isso, ganhar tempo para continuar articulando a emenda presidencialista do senador Humberto Lucena e cinco anos de mandato presidencial.

A votação do regime e do mandato

BRASÍLIA — O sistema de governo será definido no Capítulo II do Título IV da Constituição, que trata do Poder Executivo. O processo de votação poderá durar três dias e os constituintes deverão decidir entre duas emendas: a do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que mantém o sistema presidencialista em vigor; e a do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), que adota o sistema parlamentarista. O texto da Comissão de Sistematização também propõe o parlamentarismo, mas não irá a votação, primeiro porque, de acordo com o regimento, as emendas têm prioridade; segundo porque é quase idêntico ao da proposta de Egidio.

Outra questão polêmica contida no Capítulo II é a duração do mandato do presidente da República, que divide a Constituinte entre a facção dos quatro anos e a dos cinco anos. O centro da controvérsia é o presidente José Sarney, que luta pelo mandato de cinco anos. Embora o Capítulo II vá definir o mandato dos futuros presidentes, a eventual vitória dos quatro anos antecipará o mandato que as Disposições Transitórias — a última parte da Constituição a ser votada — estabelecerão para Sarney.

O rito — As 352 assinaturas de apoio obtidas pelo senador Humberto Lucena deram prioridade absoluta à emenda presidencialista, cuja aprovação interessa tanto ao presidente Sarney quanto a seu maior adversário, o ex-governador Leonel Brizola. No dia da votação, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, lerá o texto da emenda de Lucena. Em seguida, ocupará a tribuna, sucessivamente, para discursos de cinco minutos o autor da proposta, um parlamentar favorável, dois parlamentares contrários e o relator, deputado Bernardo Cabral, que é parlamentarista e dará parecer pela rejeição.

Concluídos os discursos, Ulysses anunciará: "Em votação". Os constituintes terão 30 minutos para registrar os votos no painel eletrônico do plenário. O presidente da Constituinte, depois de conferir os números do painel, anunciará o resultado. Se a emenda presidencialista obtiver pelo menos 280 votos, estará aprovada e a proposta parlamentarista não irá sequer a votação. Será arquivada, junto com todas as outras que tratam do sistema de governo.

Caso a emenda de Lucena não

obtenha 280 votos, a sessão será suspensa por 24 horas. Se no dia seguinte não atingir novamente os 280 votos favoráveis, entrará em pauta, na mesma sessão, a proposta parlamentarista do deputado Egidio Ferreira Lima, que recebeu 341 assinaturas. O processo de votação adotado na apreciação da emenda presidencialista será repetido.

Plebiscito — A emenda de Egidio necessitará também de 280 votos para ser aprovada. Se vencer no plenário, o governo passará a ser exercido pelo gabinete, sob a chefia de um primeiro-ministro indicado pelo presidente da República e eleito pela Câmara dos Deputados. O presidente terá suas prerrogativas reduzidas, praticamente, à chefia das Forças Armadas e à nomeação e demissão do primeiro-ministro.

Mesmo que percam a batalha das emendas, os presidencialistas ainda terão a chance de pôr uma pedra no caminho dos parlamentaristas, propondo a realização de plebiscito sobre o sistema de governo. A luta poderá estender-se até o final dos trabalhos, quando será apreciado o capítulo das Disposições Transitórias.

O texto da Sistematização referente às Disposições Transitórias, aprovado quando se previa a promulgação da nova Constituição para o início deste ano, diz, no artigo 2º: "As disposições referentes ao sistema de governo entrarão em vigor a 15 de março de 1988 e não serão passíveis de emenda antes de decorridos cinco anos." A necessidade de atualização da data — 15 de março foi ontem — reabrirá a discussão sobre os cinco anos de intangibilidade do parlamentarismo e pode abrir uma brecha para que os presidencialistas introduzam o plebiscito.

Vez dos híbridos — Se a proposta parlamentarista não passar também pela barreira dos 280 votos, estará criado o buraco negro — isto é, a rejeição das duas emendas exigirá a suspensão dos trabalhos da Constituinte por 48 horas. Nesse prazo, o relator Bernardo Cabral deverá apresentar uma proposta conciliatória ao plenário.

O regimento permite a apresentação de outras propostas, desde que reúnam o apoio de pelo menos 280 constituintes. Nessa hipótese, estará aberta a oportunidade para que cheguem ao plenário as emendas dos deputados Enoc Vieira (PFL-MA), Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), Carlos Sant'Anna (PMDB-BR), Miro Teixeira (PMDB-RJ), Orlando Pacheco (PFL-SC) e Manoel Moreira (PMDB-SP) — esta última feita pelo jurista Miguel Reale Júnior por emenda de Ulysses Guimarães —, que propõem sistemas híbridos de governo.

Congresso vai legislar mais

Em apenas uma hora, a Constituinte aprovou ontem à noite mais de 30 itens relativos ao Poder Legislativo, que definiu como sendo exercido pelo Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Como o texto do *Centrão* era semelhante, em 90% dos pontos, ao texto da Sistematização, foram poucas as polémicas, o que acelerou as deliberações.

Entre os itens aprovados, está o que regula as atribuições do Congresso Nacional, com a introdução de algumas inovações. Segundo uma delas, o Congresso legislará sobre telecomunicações, matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações, além de captação e garantia da poupança popular.

Outra novidade: o presidente da República ou o primeiro-ministro só precisará de autorização para deixarem o país quando a ausência exceder a 15 dias. Hoje, para qualquer ausência, mesmo que por uma hora, o presidente precisa da autorização. O termo primeiro-ministro foi repetido diversas vezes no Capítulo do Poder Legislativo.

Planalto negocia plano econômico para cinco anos

Eliane Cantanhede

BRASÍLIA — O presidente José Sarney está tentando obter o apoio de diferentes setores políticos a um programa econômico que só seria factível com cinco anos de mandato. Para isso, ele tem se utilizado principalmente de cinco canais de comunicação com a Constituinte e os governadores: o presidente do Senado, Humberto Lucena; o governador de Goiás, Henrique Santillo; os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), líderes do *Centrão*; os senadores do grupo *moderno* PFL — Marco Maciel (PE), Jorge Bornhausen (SC) e Guilherme Palmeira (AL) —; e o presidente do PDS, Jarbas Passarinho (PA).

Todos esses políticos, com exceção de Santillo, defendem os interesses da iniciativa privada e, assim, os quatro pontos principais de um programa econômico de agrado comum — inclusive do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, com quem Fiúza e Magalhães têm conversado — seriam: novos parâmetros de reajuste salarial para o funcionalismo público, livre negociação salarial entre patrões e empregados da iniciativa privada, liberdade de preços e rígido controle do déficit público. As propostas dos vários grupos estão sendo elaboradas separadamente, mas o mentor é o mesmo: o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que prega publicamente, por exemplo, a tese de um deflator de 10% para os salários.

Transição — Fiúza tem estado continuamente com Sarney e, na última terça-feira, em hora e meia de conversa no Palácio do Planalto, obteve o compromisso de que novas medidas econômicas só viriam depois da votação do sistema de governo e da duração do mandato. "Qualquer programa só será exequível se Sarney tiver mais um ano pela frente", explica Fiúza, para quem "mais importante do que as ideologias é salvar a transição".

A partir disso, o deputado tem conversado com empresários paulistas, como o presidente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, e com representantes da esquerda, como o líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Jorge Bornhausen, que trocou o Ministério da Educação por uma oposição ostensiva ao governo, no fim do ano passado, voltou a conversar com Sarney. "Nos distanciamos porque o presidente não conseguia tomar as medidas que, para nós, eram fundamentais. Se ele tomá-las daqui em diante, nada impede a reaproximação", explicou o senador, que está escrevendo um texto de sugestões econômicas para Sarney, principalmente com base nas teses de Simonsen, mas garante que não assumiu qualquer compromisso, ainda, com os cinco anos de mandato.

Casuísmo — No início da atual legislatura, quando Humberto Lucena fez enfático discurso pregando um "programa econômico de entendimento nacional", não estava falando sozinho. Já tinha se acertado com Sarney e Ulysses, separadamente, e desde então mantém sucessivas conversas com presidentes de partidos, inclusive Leonel Brizola, do PDT.

Santillo ficou com a área dos governadores. Segundo o deputado Fernando Cunha (PMDB-GO), ele já conversou com todos os governadores, fechando o círculo, no fim da semana passada, com Pará, Mato Grosso do Sul e Rondônia. "Santillo está fazendo uma ponte do PMDB com o governo, para que haja um plano econômico de emergência que permita o fim do sufoco financeiro e, depois, do próprio sufoco político. Não interessa a ninguém uma inflação de 20%, com achatamento salarial", diz Cunha.

Todos os grupos rejeitam congelamento de preços e salários. Fiúza, por exemplo, disse a Sarney na última conversa: "Sou contra isso. É mais um casuísmo que não levará a coisa alguma, mesmo porque no atual estágio político não teremos quem o aplique e quem o fiscalize. As medidas terão que ser globais e o mercado terá que se ajustar espontaneamente".